

# SUMÁRIO



## Prefeitura de Rio Verde - GO Auxiliar Administrativo

### LÍNGUA PORTUGUESA

|  |    |
|--|----|
| Análise e interpretação de textos: compreensão geral do texto .....                      | 1  |
| Reconhecimento de ideia central e tese defendida pelo autor .....                        | 3  |
| Argumentação: coerência e mecanismos de coesão.....                                      | 5  |
| Estrutura e organização do texto e dos parágrafos .....                                  | 7  |
| Tipologias (texto descritivo, narrativo, expositivo e argumentativo) e gêneros textuais. | 8  |
| Tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre .....                               | 28 |
| Significação vocabular: sinônimos e antônimos; conotação e denotação .....               | 32 |
| Emprego dos pronomes pessoais .....  | 36 |
| Emprego de tempos e modos verbais.....   | 41 |
| Pontuação .....  | 51 |
| Ortografia.....  | 62 |
| Concordâncias verbal e nominal .....   | 66 |
| Regências verbal e nominal .....   | 73 |
| Redação .....  | 81 |
| Questões .....   | 83 |
| Gabarito.....  | 91 |

### MATEMÁTICA

|   |    |
|---|----|
| Expressões numéricas, algébricas, produtos notáveis e fatoração .....               | 1  |
| Conjuntos numéricos (operações, múltiplos, divisores e resolução de problemas)..... | 6  |
| Razão e proporção .....   | 31 |
| Regra de três simples e composta .....  | 34 |
| Porcentagem, juros simples e compostos.....   | 35 |
| Função polinomial do 1º e 2º grau .....   | 40 |
| Progressão aritmética e geométrica.....   | 46 |
| Geometria plana .....   | 52 |
| Análise combinatória: permutações, arranjos e combinações. Probabilidades .....     | 61 |
| Estatística básica.....   | 68 |

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



|   |     |
|---|-----|
| Sistema métrico: medidas de comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo..... | 79  |
| Noções de lógica.....   | 84  |
| Questões.....   | 92  |
| Gabarito.....   | 101 |

## INFORMÁTICA

|   |     |
|---|-----|
| Conhecimentos básicos de hardware. Dispositivos de armazenamento.....   | 1   |
| Redes de computadores.....  | 6   |
| Sistemas operacionais. Manipulação de arquivos.....   | 17  |
| Conceitos e serviços relacionados à internet.....   | 21  |
| Redes sociais.....  | 27  |
| Correio eletrônico.....   | 31  |
| Princípios de segurança da informação e segurança digital.....  | 36  |
| Microsoft office: editor de texto: funcionalidades básicas, configuração de página, mala direta e configurações de impressão; software de planilha eletrônica: criação de tabelas, gráficos, uso de funções matemáticas, de contagem e condicionais; software de criação de slides e apresentação: criação e configuração de apresentações de slides..... | 45  |
| Questões.....   | 92  |
| Gabarito.....   | 102 |

## NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

|  |    |
|--|----|
| Conceitos e princípios do direito administrativo.....  | 1  |
| Atos administrativos: definição, espécies e requisitos.....  | 7  |
| Licitações e contratos administrativos: princípios da licitação: modalidades de licitação; contratos administrativos: características e garantias..... | 29 |
| Questões.....  | 77 |
| Gabarito.....  | 84 |

## NOÇÕES BÁSICAS DA LEGISLAÇÃO LOCAL

|  |    |
|--|----|
| Lei nº 182/2020: principais disposições e objetivos; estrutura administrativa do município; competência dos órgãos municipais..... | 1  |
| Questões.....  | 35 |
| Gabarito.....  | 39 |

# SUMÁRIO



A leitura e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para a compreensão e a comunicação em qualquer contexto, seja acadêmico, profissional ou cotidiano. Compreender o significado de palavras, expressões, frases e parágrafos exige não apenas um conhecimento linguístico, mas também a capacidade de relacionar informações, identificar intencionalidades e construir sentidos a partir do texto. Essas competências são desenvolvidas por meio da prática constante e do aprendizado de estratégias de leitura que permitem ao leitor lidar com diferentes níveis de complexidade textual.

## O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

## IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS

Compreender o significado das palavras é o primeiro passo para a interpretação textual. As palavras possuem significados que podem variar dependendo do contexto em que são utilizadas, exigindo do leitor atenção às nuances da linguagem.

### ► Significado Denotativo e Conotativo

▪ **Denotativo:** É o significado literal ou objetivo da palavra, aquele encontrado nos dicionários. Por exemplo, “casa” denotativamente refere-se a uma construção destinada à habitação.

▪ **Conotativo:** É o significado figurado ou subjetivo, frequentemente carregado de emoções e associações culturais. Por exemplo, “casa” conotativamente pode representar acolhimento, segurança ou família.

O leitor precisa discernir qual dos significados está sendo utilizado no texto, considerando o contexto e o objetivo do autor.

### ► Palavras de Sentido Contextual

Algumas palavras adquirem significados específicos dependendo do contexto. Expressões como “raiz” podem ter conotações matemáticas, botânicas ou culturais, dependendo do tema abordado. Por isso, é essencial que o leitor examine o campo semântico do texto para interpretar corretamente essas palavras.

## IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES E FIGURAS DE LINGUAGEM

As expressões e as figuras de linguagem enriquecem o texto e, muitas vezes, carregam sentidos que vão além do óbvio. Compreendê-las é essencial para a interpretação adequada.

### ► Expressões Idiomáticas

Expressões idiomáticas, como “chutar o balde” ou “ficar de mãos atadas”, possuem significados que não podem ser deduzidos apenas pela análise literal. O leitor deve conhecer essas expressões ou deduzir seus sentidos pelo contexto.



## EXPRESSÕES NUMÉRICAS

Expressões numéricas são sentenças matemáticas que combinam números e operações matemáticas, como adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Além disso, utilizam-se símbolos de associação como parênteses ( ), colchetes [ ] e chaves { } para organizar e definir a ordem em que as operações devem ser realizadas. Esses elementos podem aparecer de forma combinada em uma única expressão, permitindo a resolução de cálculos mais complexos.

Existem dois tipos de expressões:

– **Expressões Simples:** São formadas por números e operações básicas, sem o uso de parênteses, colchetes ou chaves.

Exemplo:  $3+5$  ou  $7 \times 2$ .

– **Expressões Compostas:** Envolve múltiplas operações e podem incluir parênteses, colchetes e chaves para indicar a ordem das operações.

Exemplo:  $(3 + 5) \times 2$  ou  $10 - (2 + 3) \times 4$

### Procedimentos para Resolução

#### 1. Operações:

- Primeiramente, resolver as potenciações e/ou radiciações na ordem em que aparecem;
- Em seguida, resolver as multiplicações e/ou divisões;
- Por último, resolver as adições e/ou subtrações na ordem em que aparecem.

#### 2. Símbolos de Associação:

- Primeiro, resolver os cálculos dentro dos parênteses ( );
- Depois, resolver os cálculos dentro dos colchetes [ ];
- Finalmente, resolver os cálculos dentro das chaves { }.

#### Observações

– Quando o sinal de adição (+) anteceder parênteses, colchetes ou chaves, elimine-os reescrevendo os números internos com seus sinais originais.

– Quando o sinal de subtração (-) anteceder parênteses, colchetes ou chaves, elimine-os reescrevendo os números internos com sinais invertidos.

#### Exemplo:

**(MANAUSPREV)** Considere as expressões numéricas, abaixo.

$$A = 1/2 + 1/4 + 1/8 + 1/16 + 1/32$$

$$B = 1/3 + 1/9 + 1/27 + 1/81 + 1/243$$

O valor, aproximado, da soma entre A e B é

- (A) 2
- (B) 3



O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

### — Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



*Gabinete*

### — Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



*CPU*



### Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

| REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA   | REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO   |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>– É um regime mais abrangente</li> <li>– Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público</li> <li>– O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular</li> </ul> |

### Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

### Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

#### Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 182, DE 06 DE MAIO DE 2020**

**DISPÕE** sobre a *Estrutura Orgânica Básica da Administração Pública Municipal*, define *Órgãos e Entidades que a integram e o seu quadro de Cargos de Confiança (CC)* , *Cargos de Provimento em Comissão (DAS)* e *Funções Gratificadas (FG)* .

**CONSOLIDADA COM A LEI:**

Lei Complementar nº 201/2021 (19/02/2021)

**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Esta Lei define a Estrutura Orgânica Básica da Administração Pública Municipal, define os Órgãos e Entidades que a integram e o seu quadro de Cargos de Confiança (CC) , Cargos de Provimento em Comissão (DAS), Funções Gratificadas (FG) , símbolos e valores de vencimento e subsídios, dispondo, ainda, sobre o modelo de gestão para a Administração Pública Municipal, seus princípios e objetivos.

Art. 2º. O Município de Rio Verde, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa, financeira e patrimonial, tem a sua organização e estrutura organizacional estabelecidas nesta Lei e seus Anexos, que está baseada:

I. Na responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;

II. No empreendedorismo e na inovação da gestão pública municipal, de forma a fomentar a atitude e proatividade da Administração Pública Municipal;

III. Na desburocratização e efficientização dos serviços públicos; e

IV. Na transparência e participação efetiva da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos Órgãos colegiados.

Art. 3º. O Poder Executivo no âmbito da Administração Pública do Município de Rio Verde, é exercida pelo Prefeito do Município, auxiliado pelo Vice-Prefeito, pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, pelo Procurador-Geral do Município, pelo Controlador-Geral do Município, pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, pelos demais Secretários Municipais e pelos Presidentes de Autarquias e Fundações, para cumprimento de suas atribuições e competências constitucionais, legais e regulamentares.

Art. 4º. O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais exercem as suas atribuições constitucionais por meio dos Órgãos e das Entidades que compõem a Administração Pública Municipal.

§ 1º. Os cargos de Chefe de Gabinete do Prefeito, Procurador-Geral do Município, Controlador- Geral do Município, Presidente da Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgoto - AMAE e Secretários Municipais possuem o mesmo nível hierárquico e funcional, isonomia no vencimento e iguais direitos, deveres e responsabilidades administrativas, respeitadas as atribuições inerentes às competências legais de cada Órgão e Entidade.

§ 2º. Os Presidentes de Autarquias e Fundações de Direito Público terão suas remunerações definidas nesta Lei.

§ 3º. Os titulares dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal são responsáveis, perante o Prefeito do Município, pelo adequado funcionamento, bem como pela eficácia e eficiência das estruturas sob sua direção e compreendidas em sua área de competência.

Art. 5º. Todo dirigente de Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal, qualquer que seja a natureza, categoria ou nível hierárquico do seu cargo, obriga-se ao cumprimento dos deveres de probidade e de eficiência.